

POLÍTICAS AMBIENTAIS

QUADRO N.º 12



POLÍTICAS PÚBLICAS O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL											
DIAGNÓSTICO			POLÍTICAS			AÇÕES	PRAZOS			PARCERIAS	
CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS	MACRO DIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	CURTO	MÉDIO	LONGO		
Paisagem natural	Beleza cênica	Risco de pressão por ocupação em ambientes frágeis	IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO	*MELHORAMENTO DA PAISAGEM URBANA *CONSOLIDAÇÃO DA REGIÃO DE PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS COM PROJETOS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS	PROTEÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS - Criação dos Planos de Manejos e Paisagísticos	Implementação do Código Municipal do Meio Ambiente				Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, Sociedade Civil, ONGS, Fundações, Universidades e empresas privadas	
	Qualidade da paisagem atraindo ocupação urbana					Criação e construção dos Parques Municipais e o reconhecimento das áreas de preservação permanente (APP)					
Entraves espaciais	Elementos naturais que agregam valor a paisagem	Ocupações próximas a locais de suscetibilidade ambiental				TURISMO SUSTENTÁVEL	Criação de Projeto Turístico Sustentável				
Represas dos Mananciais	Atrai a ocupação por estabelecimentos de serviços ligados a pesca e turismo	Precisam de regulamentação de uso do solo e fiscalização ambiental				PARQUES MUNICIPAIS	Implementação de parcerias para a consolidação dos Parques Municipais enquanto Unidades de Preservação Ambiental				
Parques Municipais	Atrai comunidade tecnológica e estudantil para pesquisa da fauna, flora e solos. Alto potencial de turismo ecológico e recreacional, além de lazer	Não existem propostas de parcerias institucionais				AGENDAS DO MILÊNIO	Implementar principalmente os ODS n.ºs 01,02,03,06,08,09,11 e 15 nos próximos 20 anos				
Agendas 21 e 2030	Implementar 50% das Metas para 2030 nos próximos 20 anos					AMPLIAÇÃO DE ÁREAS VERDES NO ESPAÇO URBANO	Elaborar cronograma de reconstrução das áreas verdes do Município com usos sustentáveis e elaborar plano de minimização de passivos ambientais de acordo com a Lei nº 9.605/98				
Áreas verdes	Possibilidade de implantação de infraestrutura de lazer	Escassez de áreas verdes públicas equipadas				PROJETO DE DESENHO URBANO ESPECÍFICO PARA ESTA REGIÃO ESPECÍFICA	Elaborar Plano Específico destas áreas contando com a participação da população local				
Áreas de proteção especial	Potencial turístico e desenvolvimento econômico	Ausência de projetos de planejamento urbano direcionados ao incentivo do setor									

POLÍTICAS AMBIENTAIS

QUADRO N.º 12



POLÍTICAS PÚBLICAS O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL										
DIAGNÓSTICO			POLÍTICAS			AÇÕES	PRAZOS			PARCERIAS
CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS	MACRO DIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	CURTO	MÉDIO	LONGO	
Áreas de proteção especial	Grande qualidade paisagística	Ausência de zoneamento adequado as necessidades atuais, com incentivo a diversificação dos usos	PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL	CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	MANUTENÇÃO DE PARÂMETROS RESTRITIVOS DE OCUPAÇÃO EM ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS	Cadastrar as famílias em áreas de APPs e zonas de riscos				Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, Sociedade Civil, ONGS, Fundações, Universidades e empresas privadas
	Existência de proteção permanente (APP)	Ocupação em áreas ambientalmente frágeis								
	Projetos destinados ao potencial turístico local	Pouca fiscalização quanto ao cumprimento das legislações vigentes					AMPLIAR A DEFINIÇÃO DE USOS PÚBLICOS PARA APP'S	Implementação de Planos de manejo das APPs, principalmente as constantes dos Parques Propostos		
		Ocupações irregulares situadas em áreas de APP			Divulgar novos parâmetros de uso e ocupação do solo, fiscalizar e aplicar multas					
		Projetos atualmente estagnados e sem previsão de execução								
	Relevo plano (planícies)	Adequado para o desenvolvimento da agricultura familiar e produção orgânica			Ausência de uso dos instrumentos do estatuto da cidade como forma de auxílio à execução dos projetos	COMPATIBILIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR	APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DAS DIVERSAS INSTÂNCIAS LEGAIS SOBRE O MEIO AMBIENTE	Implementar os mecanismos de proteção ambiental previstos em legislação através de fiscalização, fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente, cobrar os mecanismos de responsabilidade sócioambiental, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA).		
Adequado para o desenvolvimento urbano sustentável fora dos aluviões e várzeas		Ocorrência de alagamentos e inundações								
Baixa permeabilidade e estabilidade com alguma erosão e estáveis movimentos de massa		Aumento do risco de erosões e movimentos de massa acima dos 20% de declividade								

POLÍTICAS AMBIENTAIS

QUADRO N.º 12



POLÍTICAS PÚBLICAS O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL									
DIAGNOSTICO			POLÍTICAS			AÇÕES	PRAZOS		
CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS	MACRO DIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	CURTO	MÉDIO	LONGO
PARCERIAS									
Relevo ondulado suave	Bom para o desenvolvimento urbano até 30% de declividade	A retirada da cobertura vegetal aumenta o risco de erosões e consequentemente o assoreamento dos rios	PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL	CONTROLE DE RISCOS GEOLÓGICOS E GEOTÉCNICOS	MONITORAMENTO DE DESASTRES NATURAIS	Elaborar e implantar plano de controle de cheias			
					CONTROLE DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	Elaborar e implantar legislação específica que impeça a ocupação das áreas impróprias, direcionando o desenvolvimento às áreas mais adequadas			
					ESTABILIDADE DE TALUDES	Tornar obrigatório o estudo geotécnico nas escavações, aterros e intervenções realizadas em taludes e encostas			
Crescimento Ecológico	Território e população com mão de obra excedente	Falta de especialização da mão de obra e zoneamento inadequado	PROGRAMA DE CRESCIMENTO VERDE	FOCAR EM ATIVIDADES ECONÔMICAS COM FORTE APELO VERDE, QUE CONTRIBUAM PARA O AUMENTO DO PIB E PARA A CRIAÇÃO DE EMPREGO, COM CRIAÇÃO DE VALORES BASEADOS NO BINÔMIO ECONOMIA-AMBIENTE	AUMENTAR O VAB "verde" ¹ CONSTRUIR MODALIDADES DE EXPORTAÇÕES "verdes" CRIAR POSTOS DE TRABALHO "verdes"	VAB (valor acrescentado bruto) "verde" por domínios ambientais: 1. Gestão de recursos energéticos 2. Gestão de resíduos - Saneamento, gestão de resíduos e despoluição 3. Gestão da Água - Captação, tratamento e distribuição de água 4. Gestão das águas residuais 5. Proteção da Biodiversidade e Paisagem 6. Proteção contra ruídos e vibrações 7. Gestão da flora e fauna 8. Proteção do ar e clima 9. Proteção e recuperação dos solos, águas subterrâneas e águas superficiais 10. Atividades de P&D para a gestão de recursos			
	Otimizar ações das empresas novaodessenses para atingir a economia verde e a economia circular	* Inexistência de políticas públicas no setor de economias verdes * Falta de integração das empresas de um modo geral							

POLÍTICAS AMBIENTAIS

QUADRO N.º 12



POLÍTICAS PÚBLICAS O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL									
DIAGNOSTICO			POLÍTICAS			AÇÕES		PRAZOS	PARCERIAS
CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS	MACRO DIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	CURTO	MÉDIO	
EFICIÊNCIA	Território e população com mão de obra excedente	Falta de especialização da mão de obra e zoneamento inadequado	PROGRAMA DE CRESCIMENTO VERDE	<p>* GESTÃO OTIMIZADA DE RECURSOS COM OBJETIVO DE AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E MAXIMIZAR A EFECTIVA LIZAÇÃO</p> <p>Exemplos: EFICIÊNCIA MATERIAL, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, EFICIÊNCIA HÍDRICA, ECODESIGN, REABILITAÇÃO URBANA * REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE CO₂</p>	<p>1. AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DOS MATERIAIS³</p> <p>2. AUMENTO DA INCORPORAÇÃO DE RESÍDUOS NA ECONOMIA</p> <p>3. PRIVILEGIAR A RENOVAÇÃO URBANA</p> <p>4. AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA</p> <p>5. AUMENTO DA EFICIÊNCIA HÍDRICA</p> <p>6. AUMENTO DA UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS</p> <p>7. DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES QUE PERMITAM A PROTEÇÃO DO AMBIENTE, DO AUMENTO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL E DA VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSISTEMAS</p>	<p>1. Criar condições para a transferência do transporte individual para o coletivo</p> <p>2. Promover a utilização de biocombustíveis e promover estudos para a melhoria e diversidade dos mesmos</p> <p>3. Divulgar informação sobre opções de mobilidade urbana sustentável</p> <p>4. Promover o uso dos modos suaves como meio eficiente para a mobilidade urbana e através da "mobilidade combinada"</p> <p>5. Promover a intermodalidade através da criação/utilização de parques de estacionamento periféricos, dissuadores do uso do transporte privado, de forma gratuita ou a preço reduzido para usuários de transporte público</p> <p>6. Assegurar uso racional e eficiente do solo</p> <p>7. Criar, promover e executar programas municipais e/ou intermunicipais de desenvolvimento urbano sustentável</p> <p>8. Promover a adoção de práticas de Desenvolvimento Sustentável e de resiliência urbana pelo município</p>			
					<p>1. VALORIZAR AS ENERGIAS RENOVÁVEIS</p> <p>2. MELHORAR A QUALIDADE DO AR</p> <p>3. VALORIZAR A BIODIVERSIDADE</p>				
SUSTENTABILIDADE	Território com estoque de glebas brutas	Zoneamento inadequado		<p>CRIAÇÃO DE TERRITÓRIO SUSTENTÁVEL COM BASE NOS FUNDAMENTOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL</p>					

OBS:

1.VAB - Valor acrescentado bruto é o resultado final da atividade produtiva no decurso de um período determinado. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio, originando excedentes. O VAB "verde" é a componente do VAB relativa ao setor dos bens e dos serviços ambientais da economia. Como indicador permite aferir o alinhamento do sistema económico com os objetivos de proteção ambiental.

2. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

3. PRODUTIVIDADE DOS MATERIAIS - A produtividade dos materiais mede a riqueza gerada por unidade de recursos naturais consumida. Permite avaliar a dissociação entre o consumo de recursos e o crescimento económico. Para o efeito são usados o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Consumo Interno de Materiais.